

Rangel pretende transferir os agressores de Merure

Bom
20.07.76

Posseiros atribuem toda culpa ao chefe

Posseiros presos em Barra do Garças atribuíram a agressão contra a aldeia de Merure, na quinta-feira, a liderança de João Marques, o Mineiro, mas procuraram defender-se afirmando que o líder não avisou que se tratava de um ataque, mas de um "acerto amigável". Até agora, a polícia não conseguiu prender nenhum dos prováveis "cabeças" da invasão, apesar dos reforços no aparato policial.

Sebastião Bispo, que perdeu o irmão, Aloísio Bispo, de 16 anos, durante o tiroteio, disse que toda a sua família agiu influenciada por João Mineiro: "Eles mandaram meu irmão Aloísio chamar a gente para ir falar com o padre. Ninguém falou em brigas, disseram só que era para um acerto amigável. Quando chegamos lá João Mineiro e Miguez provocaram o padre Gonçalo Uchoa. Quando chegou o padre Rodolfo, a conversa ficou calma. Depois João Mineiro e o Preto começaram a provocar o missionário. Quando vi já estavam atirando".

Além de Sebastião Bispo, também os posseiros José Ribeiro Bispo, Sebastião Gomes e Manoel Borges confessaram que João Marques, o Mineiro, foi quem organizou o ataque a aldeia dos bororos. Em seu depoimento, Manuel Borges disse que Mineiro chegou a dar instruções para os posseiros que não sabiam atirar. "Mas ele dizia que o encontro era amigável e que estava ensinando a atirar apenas para o caso de necessidade" — contou Manoel Borges.

Os topógrafos Hélvio Cândido de Souza e José Avelino Gontiglo, que foram levados do mato para o centro da aldeia pelos posseiros, também confessaram que Mineiro por diversas vezes dizia que "todos deveriam ficar bonzinhos para não morrer". Os depoimentos a Polícia de Barra do Garças confirmam, em sua maioria,

que foi Preto e não Mineiro quem atirou no padre.

OPERAÇÃO

Até agora a Polícia apreendeu dois revólveres, diversas espingardas, facas e outras armas pequenas nas casas dos posseiros. Por isso, o delegado regional de Barra do Garças, capitão Moacyr do Couto, acredita que os fugitivos estejam fortemente armados, reunidos em alguma fazenda do município. O capitão pretende realizar hoje uma operação concentrada para prendê-los. "Tenho certeza de que resistirão, pois sabem que o crime que cometeram é de uma gravidade extrema" — disse ele.

Ontem chegaram reforços para guarnecer a aldeia, e 40 soldados, comandados pelo tenente Nelson Conceição de Barros, estão na área, com cinco viaturas e fortemente armados.

Ferido durante o tiroteio e agora internado na Santa Casa Municipal de Cuiabá, o capitão bororo Lourenço Rondon reafirmou ontem suas denúncias de que o prefeito de Barra do Garças, Valdon Varjão, é o principal responsável pelo conflito em Merure. Segundo o chefe bororo o registro "falso" das terras que os brancos reclamam foi feito no cartório do prefeito.

Apesar de instados a interromper por uns dias a demarcação dos 79 mil hectares da reserva indígena, os barr bororos estão se queixando. "Para nós era bom que não parasse nenhum dia. Não queremos mostrar fraqueza e eles podem pensar que estamos com medo. A Funai e a missão devem autorizar o reinício dos trabalhos logo, antes que nossos Homens se revoltem" — dizia o velho cacique Eugênio Rondon.

Em Cuiabá, informava-se que o chefe da Casa Militar do governador viajara para Brasília para entregar ao ministro da Justiça um relato das primeiras providências tomadas com relação ao ataque de Merure.

Da Sucursal, do Correspondente e do Enviado especial

O ministro do Interior, Rangel Reis, aprovou ontem durante audiência com o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, todas as medidas tomadas pelo órgão para solucionar os problemas de terras que surgiram na aldeia de Merure onde vivem os índios bororós, em Mato Grosso. No encontro, o ministro anunciou que já está em contato com o ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, e o presidente do Incra, Lourenço Vieira da Silva, para estudar a situação dos fazendeiros invasores da área indígena e dos posseiros, visando o seu reassentamento em outros locais.

O presidente da Funai, que esteve no fim de semana em Merure, voltou a afirmar que todos os responsáveis pelo massacre do padre Salesiano Rodolfo Lunkeinbein e do índio Simão Cristino continuarão sendo perseguidos pela polícia, pois para o governo é "uma questão de honra punir os responsáveis pelo covarde ataque à colônia indígena."

Sobre os entendimentos do ministro do Interior com o da Agricultura e o Incra, adiantou o general que ficou estabelecido que estes órgãos estudarão a situação de todos ocupantes brancos da área indígena, inclusive a validade de alguns títulos de propriedade alegada por fazendeiros. "No entanto — afirma o general — dificilmente estes fazendeiros serão beneficiados com indenizações, pois a colônia indígena bororó é reconhecidamente área pertencente a estes índios desde o início do século e, por isto mesmo, garantida pelo artigo 198 da Constituição."

Ismarth de Oliveira garantiu que a demarcação administrativa da área de bororó, de modo algum, será paralisada em decorrência do clima de intranquilidade que persiste na área. "Equipes da Polícia Militar, Polícia Federal e da Funai e trinta índios bororós acompanharão de perto os trabalhos e, na missão salesiana, será instalado equipamento

de rádio que possibilitará comunicação direta com Brasília, para a possibilidade de qualquer incidente."

O presidente da Funai reconheceu que o problema de invasão de áreas indígenas existe em vários pontos do país, e que não são recentes. "Existem casos tão escabrosos — afirmou — que o Parque Indígena do Xingu, por exemplo, foi loteado e vendido pelo próprio governo de Mato Grosso. O mais impressionante, acrescentou — é que essas terras foram loteadas entre 1958 e 1961, quando foi anunciada, oficialmente, a criação de reserva para os índios xinguanos. No entanto, é preciso ficar claro que estes títulos não têm qualquer validade.

CIMI

O Conselho Indigenista Missionário estará reunido dia 25, em Goiânia, quando anunciará sua posição oficial diante do ataque praticado por fazendeiros à Colônia indígena de Merure. Ontem, em Brasília, antecipando as posições que serão tomadas pelo Cimi, seu assessor, padre Egidio Schawden, afirmou que o Conselho deverá sugerir ao governo uma ação mais eficaz no sentido de regularizar não só as questões das terras dos índios, mas também dos posseiros que estão invadindo as áreas indígenas, quase sempre manipulados pelos grandes fazendeiros.

Por outro lado, a primeira Assembleia de Leigos da Diocese de Goiás, reunida no último fim de semana em Goiânia decidiu divulgar um documento de apoio aos índios "que lutam pela terra, herança que Deus, nosso pai, deixou para todos nós". O documento atribui o conflito à ganância de "fazendeiros e peões ludibriados por estes homens ambiciosos das terras dos índios e dos posseiros" e afirma que "não foi surpresa a vassaladora violência usada contra o padre Rodolfo e os índios indefesos, porque tem se desencadeado sempre, indiscriminadamente, a maior brutalidade possível contra aqueles que assumem a causa dos oprimidos".